



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE ASPECTOS ECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS,
SOCIAIS E POLÍTICOS: UM ESTUDO EM PORTO ALEGRE/RS

Patricia Pohlmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - patricia.arquitetura@gmail.com
Arquiteta e urbanista. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS)

Bruno Gallina (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - bruno.bg@hotmail.com
Arquiteto e urbanista. Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS)

Aline Cristiane Scheibe (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - arq.alinecs@gmail.com
Arquiteta e urbanista. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS)

Livia T. Salomão Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - livia.piccinini@ufrgs.br
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Urban Development Planning - University of London, School of Economics. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS).

A transformação do espaço a partir de aspectos econômicos, geográficos, sociais e políticos:

um estudo em Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho problematiza o processo de transformação do espaço urbano em função da instância econômica que expande as fronteiras urbanas e pressiona sistemas ambientais e ecológicos. Consideramos uma discussão relevante em um quadro de ascensão do neoliberalismo e desregulamentação de políticas públicas associado à crise ambiental. Essas alterações do ambiente natural vêm sendo ressaltadas por comunidades ligadas à terra e à natureza, como povos originários, camponeses, agricultores ecológicos, ecologistas e ambientalistas e tendem a causar esgotamento da base física do trabalho humano, a Terra.

Entendemos o espaço conforme Milton Santos ([1985] 2014) como uma instância da sociedade que contém e é contido pelas demais instâncias, tanto quanto cada uma das instâncias o contém e é por ele contida. Nesta concepção, o espaço é formado pela soma da configuração geográfica do conjunto de objetos distribuídos sobre um território e a maneira como esses objetos são vistos pelos nossos olhos (a paisagem), e o que dá vida a esses objetos (a sociedade) resultando em um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

No processo de evolução, o espaço é constantemente formado e alterado a partir da imbricação entre as diversas instâncias (econômica, institucional, cultural, espacial, ambiental). As transformações do e no espaço são constantemente pressionadas pela necessidade de acumulação de capital (HARVEY, [1989] 2014). A tendência é de que os investimentos ocorram, cada vez mais, em forma de capital fixo, modificando o meio ecológico (SANTOS, [1985] 2014). Desta forma, entendemos que o sistema econômico influencia o espaço, transformando-o de acordo com as necessidades de produção e dos interesses dominantes de cada período.

Tomando como estudo de caso o município de Porto Alegre/RS, busca-se compreender como o espaço, no período entre 1985 a 2019, se transformou a partir de aspectos econômicos, geográficos, sociais e políticos, através da identificação e análise dos elementos do espaço apontados por Milton Santos ([1985] 2014). O recorte adotado justifica-se por possibilitar a exploração da teoria do autor a partir de uma análise da expansão do capital fixo e das dinâmicas econômicas, socioespaciais e políticas que influenciaram na sua materialização, bem como marco do período democrático representado pela Constituição Federal de 1988.

Porto Alegre, ao longo de sua história, passou por transformações econômicas, tanto internamente aos setores (Primário, Secundário e Terciário), referentes às suas respectivas matrizes produtivas, como na estrutura geral da economia do município, muito relacionado ao processo de desindustrialização ocorrida a partir da segunda metade da década de 1970. Nesse sentido,

compreende-se que há rearranjos sociais e espaciais que emergem e se estabelecem como produto dessas dinâmicas.

O trabalho tem como base um referencial histórico do processo de ocupação de Porto Alegre/RS, e adota como método o estudo comparativo entre dois momentos no tempo: 1985 e 2019. Os procedimentos metodológicos, sintetizados no Quadro 1, tem como categorias de análise as estruturas decompostas em elementos do espaço, conforme fontes e dados indicados.

Quadro 1 - Categorias e variáveis de análise

Estrutura	Elementos	Dados	Fontes
Estrutura Social	Homens	Séries históricas: população total, urbana e rural, população economicamente ativa e a atividade exercida	Censos Demográficos - IBGE 1970-2010
Estrutura Econômica	Firmas	Séries históricas: Composição econômica agregada por setor (Primário, Secundário, Terciário) Composição econômica por setores e subsetores do IBGE (estabelecimentos e vínculos empregatícios)	Valor Adicionado Bruto (VAB) - FEE 1939-2018 Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Min. Economia 1985-2018
Estrutura Política	Instituições	Transformações dos objetivos das políticas públicas e do regramento dos usos do solo urbano e rural	Planos Diretores 1959, 1979, 1999, 2010
Estrutura Geográfica	Meio ecológico Infraestrutura	Reverberações da conjuntura econômica, social e política: uso e cobertura do uso do solo classificados em: Floresta Natural, Formação Natural não Florestal, Agropecuária, Área não vegetada e Infraestrutura urbana e Corpos d'água	Sensoriamento Remoto (MabBiomias) 1985-2019

Fonte: A partir de Santos ([1985] 2014)

Considera-se que a leitura realizada possibilitou uma exploração do método de análise proposto por Milton Santos, aplicado no espaço de Porto Alegre, assim como possibilitou reflexões relevantes no contexto político e econômico atual representado pelo neoliberalismo e pela pós-modernidade (HARVEY, [1989] 2014; DARDOT; LAVAL, 2016).

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: O ESTUDO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O estudo do espaço, na concepção de Milton Santos ([1985] 2014; [1996] 2017) demanda apreendê-lo em sua totalidade, necessitando, para análise, decompô-lo em elementos. Para Santos ([1985] 2014, [1996] 2017), o espaço é um sistema complexo formado pela relação “indissociável, solidário, e também contraditório” entre sistemas de objetos e sistemas de ações. O sistema de objetos parte dos objetos naturais, evoluindo para objetos técnicos (estradas, cidades, hidrelétricas, etc.) que alteram as características do espaço e as formas de produção e reprodução social. As ações, por outro lado, são próprias do homem, das instituições e das empresas, a partir de uma necessidade, utilizando-se do sistema de objetos, para seu fim. Nas palavras do autor:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos

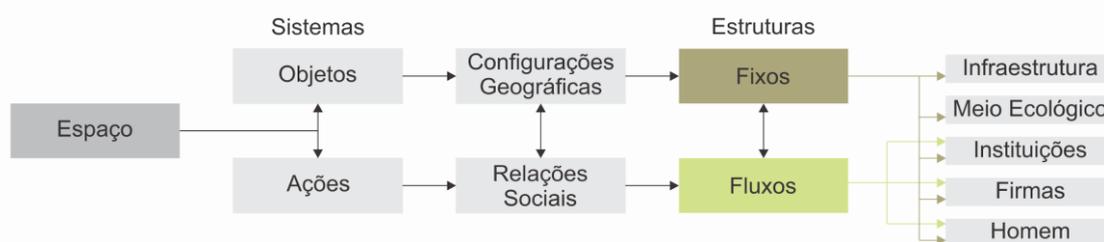
novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, [1996] 2017, p. 63).

Aquele autor afirma que o espaço pode ser estudado a partir da relação “configuração geográfica-relações sociais” (SANTOS [1985] 2014; [1996] 2017). A configuração geográfica, composta pelo sistema de objetos, representaria a materialidade, definida como “o conjunto de objetos naturais e artificiais distribuídos sobre o território”. As relações sociais representariam o sistema de ações. O espaço seria, portanto, a configuração espacial somada às relações sociais, que dão significado à sua existência (SANTOS, [1996] 2017).

O espaço seria, então, uma instância da sociedade, assim como a economia ou a cultura. Essas instâncias funcionariam de forma articulada: a economia no espaço, a cultura no espaço, e vice-versa. (SANTOS, [1985] 2014). O espaço, como categoria analítica, seria formado por elementos, e sua transformação estaria submetida à evolução dos elementos que o compõem. O autor propõe cinco elementos para viabilizar a análise e suas relações: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os elementos do espaço articulam a sociedade à configuração geográfica. A categoria homens representando a sociedade, necessita de estruturas físicas para sua reprodução social, bem como as firmas e instituições para o desenvolvimento de suas atividades de normatização e produção (SANTOS, [1985] 2014).

Os conceitos de “fixo” e “fluxo” se articulariam ao de “sistemas de objetos e ações” (Figura 1), e auxiliariam na compreensão de como a relação entre os agentes atuam na modificação do espaço, sendo indissociáveis e interdependentes. Os objetos (o meio natural, a infraestrutura, etc.) são os fixos. Os fluxos (pessoas, mercadorias, etc.) fazem parte do sistema de ações, viabilizando o processo de produção e reprodução social, ao promover a conexão entre os fixos (SANTOS, [1985] 2014).

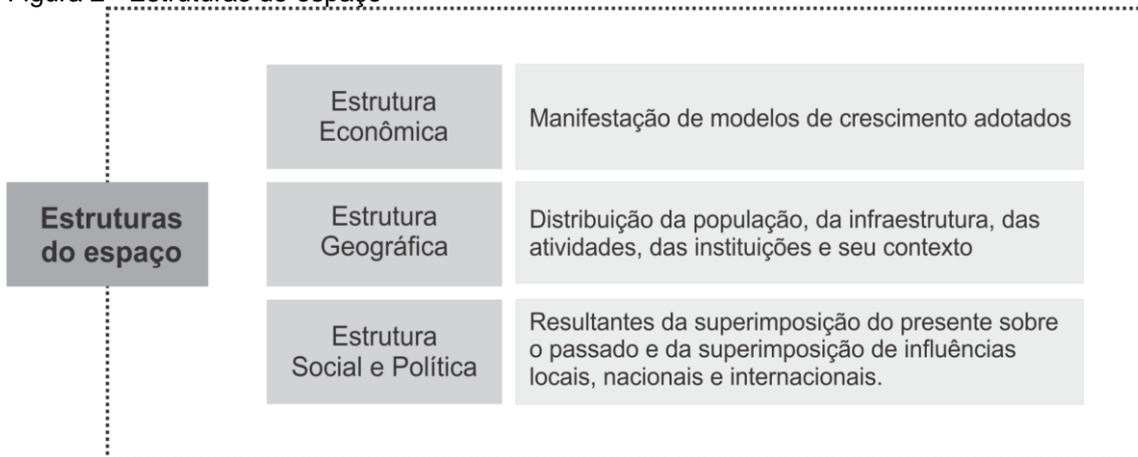
Figura 1 - Conceito de espaço segundo Milton Santos.



Fonte: Adaptado de SANTOS, [1985] 2014; [1996] 2017

Os elementos do espaço estariam inseridos em estruturas que se reforçam e se complementam e, adotando uma perspectiva transtemporal, conformam um sistema - multidimensional e operacional. Assim, para Santos ([1979] 2011), são as estruturas econômica, geográfica e social e política que formam o espaço (Figura 2).

Figura 2 - Estruturas do espaço

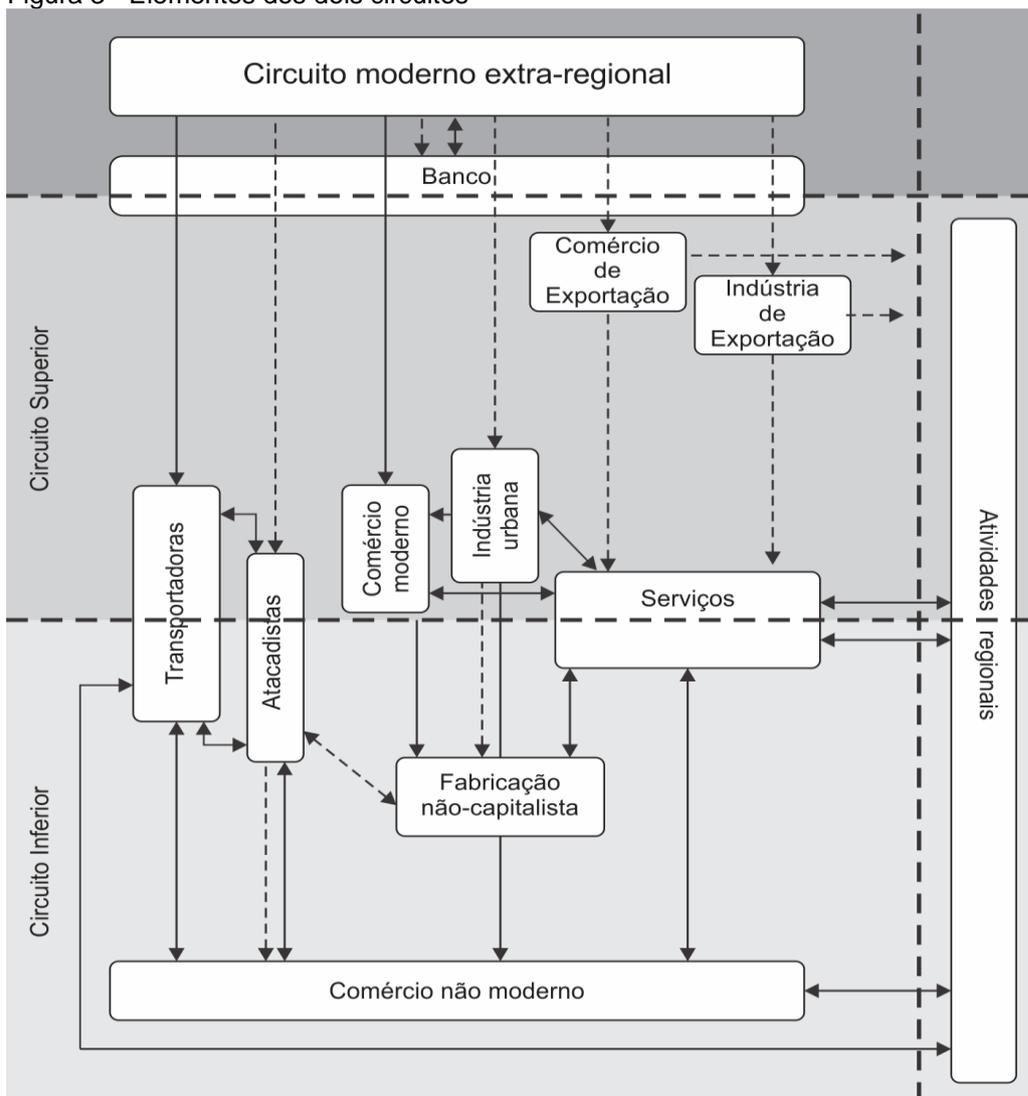


Fonte: Adaptado de Santos ([1979] 2011).

Relativamente à estrutura econômica, Santos ([1979] 2011, [1979] 2018), aponta as consequências e reflexos da modernização capitalista como pontos-chave para compreensão do espaço em países subdesenvolvidos, rejeitando a ideia de país em desenvolvimento. Para o autor, o subdesenvolvimento, não se trata de um estado transitório, mas de um mundo com características, mecanismos e dinâmicas próprias. O impacto da modernização é fruto desta condição, proveniente tanto de aparatos internos como externos, repercutindo de forma seletiva e localizada em alguns pontos do território, e manifestado em diferentes momentos. Referente às forças externas, estas são exercidas a partir da estrutura global, com interesses usualmente distantes. A ordem global é desterritorializada, separando o centro e a sede da ação, já a ordem local, reterritorializa as ações, pois é nela que estão os elementos do espaço (SANTOS, [2005] 2014). O resultado é que o espaço é constantemente reorganizado e reestruturado a partir destas forças seletivas, gerando desequilíbrios que influenciam na desigualdade de renda (regional e intraurbana) proveniente da diferenciação do acesso aos serviços, infraestrutura, empregos no setor moderno, etc. (SANTOS [1979] 2011, [1979] 2018).

Esta dinâmica leva à coexistência de atividades modernas e tradicionais, responsáveis por atender o consumo relativo às diferentes camadas da população, bem como de apropriação dos mecanismos de produção, distribuição e crédito (SANTOS [1979] 2011, [1979] 2018). Nesse sentido, a cidade deveria ser apreendida a partir desta dinâmica, denominada como subsistemas: o circuito superior, resultado direto do processo de modernização tecnológica, com origem em locais distantes da região (inclusive relações internacionais favorecidas pelo processo de globalização); e o circuito inferior, dependente do circuito superior para o desenvolvimento de suas atividades, voltado a atividades de pequena escala, e que apresenta como principal mercado consumidor a população pobre (SANTOS, [1979] 2011, [1979] 2018). A apropriação por diferentes setores da população de ambos os circuitos ocorre pelas atividades e pelo consumo: todas as camadas da população podem consumir fora de seu circuito (Figura 3).

Figura 3 - Elementos dos dois circuitos



Fonte: Santos ([1979] 2011).

As atividades agrícolas também seguem esta lógica. De um lado, o agronegócio, voltado à produção destinada à agroexportação, apoiado no capital internacional e com estrutura produtiva moderna. De outro, pequenas propriedades baseadas no trabalho humano, com baixo acesso ao crédito e às condições de modernização da estrutura produtiva (SANTOS, [1979] 2011). Como efeito, identifica-se: empobrecimento da população rural; formação de monopólios, onde grandes proprietários adquirem as pequenas propriedades e conversão do solo rural em urbano. Santoro (2014) identifica que quando a produção agrícola não é representativa para a economia municipal, há uma tendência ao espraiamento, convertendo solo rural em urbano; já quando a atividade produtiva é significativa, há maior controle do avanço da área urbanizada sobre a área rural.

Em termos da estrutura geográfica, pode-se compreendê-la como constituída por dois elementos interdependentes: os usos do solo (fixos) e os fluxos necessários para articulá-los (SANTOS, [1985] 2014). Villaça (2001) e Corrêa (1999) corroboram este pensamento. A partir de Bastide (2001), Villaça traz que estrutura é a relação de um conjunto de elementos, onde a alteração de

um destes elementos tem a capacidade de afetar o todo. Para o autor, a estruturação urbana acontece sob diversas forças, extrapolando o limite territorial e abarcando os âmbitos econômico, ideológico e político, sendo construída socialmente e reagindo sobre o social simultaneamente (VILLAÇA, 2001). Para Corrêa (1999) o espaço urbano, fragmentado e articulado, é onde se estabelecem relações entre as partes através dos fluxos, representados pelo movimento de pessoas e mercadorias, de forma visível, e através dos fluxos de informações, energia e do capital, de forma menos visível.

Para Santos ([1993] 2018), o crescimento urbano é resultado de um processo retroalimentado, a partir de características comuns à realidade urbana brasileira: modelo rodoviário, carência de infraestruturas, problemas de transporte, tamanho da mancha urbana e periferização gerando um modelo geográfico de crescimento espreado como causa e efeito da especulação sobre a terra, reforçando a estruturação urbana de forma socioespacialmente segregada. A especulação tende a gerar vazios urbanos, conduzindo à incorporação de novas extensões de terra ao perímetro urbano, causando pressão sobre o espaço rural e natural. A partir dos anos 1970 se impõe uma ruptura definida por considerável quantidade de capital fixo adicionado ao território, e dissociado do ambiente natural, que é produzido cada vez mais em função de um “processo produtivo espalhado e tecnicamente fragmentado” (SANTOS, [1993] 2018, p. 49) demandado pela necessidade de maior fluidez para o capital. Essa dinâmica tende a produzir um espaço descontínuo, representando a localização do capital, espalhada e tecnicamente fragmentada, ao território. Santos ([1993] 2018) alerta para o fato de que este processo produtivo tem necessidade de posterior reunificação para que seja eficaz. Desta dinâmica emergem conflitos ambientais e éticos que, apoiados pela legislação, apresentam tendências a sobreposição dos aspectos econômicos motivados pelos lucros obtidos com a especulação imobiliária, na expansão urbana, em detrimento de um ambiente equilibrado.

Santos ([1993] 2018) aponta que este modelo de crescimento espreado se desenvolveu a partir da formação do meio técnico-científico-informacional que segue a expansão do capitalismo industrial, hegemônico no território. A construção e reconstrução do espaço com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação, se expande em todos os subespaços do território brasileiro após a Segunda Guerra Mundial onde a lógica da industrialização internacional passa a prevalecer no processo de industrialização brasileiro, impondo-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território. Esse processo se intensifica a partir da década de 1960, alcançando o rural pela modernização da agricultura.

O papel das formas é relevante, onde, Segundo Santos ([1985] 2014), são as formas que viabilizam as funções e a formação das estruturas sendo analisadas dentro do seu contexto histórico. As formas atuavam como mero suporte para as estruturas, mas, atualmente, têm papel como geradoras de novas funções, apropriadas a cada fase do capital. Em termos de planejamento, a execução de projetos que, aparentemente são isolados, buscam viabilizar a aceleração da modernização da economia, onde a renovação urbana e a implantação de infraestruturas são métodos eficientes para alcançar esses objetivos, tendendo a gerar:

restrições à organização espacial, localização seletiva do capital, de instituições e de pessoas; quanto mais pobre o país, mais agudo isso se torna. Quanto mais descontínua a circulação no espaço, menos este tem sua fluidez e mais fortes são os efeitos das restrições infraestruturais (SANTOS, [1979] 2011, p. 201).

A estrutura política, especificamente às instituições, é operada pelo poder público, através das políticas de planejamento e da legislação urbanística, no sentido de viabilizar mudanças de uso do solo para atividades mais modernas e lucrativas em nome das “potencialidades de desenvolvimento”, reforçam os processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária (SANTOS, [1979] 2011). Harvey ([1989] 2014) vai na mesma direção ao reforçar o papel da desindustrialização. Este processo passou a demandar uma reformulação urbana de modo a conseguir destaque no meio internacional, competir pela captação de novos investimentos e a flexibilizar a legislação para ampliar usos e potenciais construtivos em detrimento a investimentos que atendam a sociedade como um todo (HARVEY, [1989] 2014). Esse modelo, denominado planejamento estratégico, representa a adaptação do Estado aos interesses do Capital, em oposição ao planejamento regulatório, que tentava discipliná-lo (SOUZA, [2001] 2015). Maricato (2011, p. 59) aponta que esse tipo de planejamento visa “desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto”, incorporando a noção da cidade como um ente autônomo que deve se instrumentalizar para entrar na competição por investimentos, portanto, as formas introduziram o Capital (nacional e internacional) num país subdesenvolvido de modo a auxiliar no processo de superacumulação.

2. ANÁLISE DA ESTRUTURA SOCIAL

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, desempregados ou de não empregados. Os tipos de trabalho e de demanda classificam o elemento “homem” na caracterização de um espaço específico (SANTOS, [1985] 2014, p.16). A população urbana de Porto Alegre representava, em 1970 (Tabela 1), 98,21% da população do município, enquanto 1,79% dos habitantes estavam na área rural.

Tabela 1 - Evolução da população Total, Rural e Urbana

Situação do domicílio		População residente e situação do domicílio									
		1970		1980		1991		2000		2010	
		1970	1970 (%)	1980	1980 (%)	1991	1991 (%)	2000	2000 (%)	2010	2010 (%)
Brasil	Total	93.134.846	100	119.011.052	100	146.825.475	100	169.799.170	100	190.755.799	100
	Urbana	52.097.260	55,94	80.437.327	67,59	110.990.990	75,59	137.953.959	81,25	160.925.804	84,36
	Rural	41.037.586	44,06	38.573.725	32,41	35.834.485	24,41	31.845.211	18,75	29.829.995	15,64
Rio Grande do Sul	Total	6.664.841	100	7.773.849	100	9.138.670	100	10.187.798	100	10.693.929	100
	Urbana	3.554.239	53,33	5.250.024	67,53	6.996.542	76,56	8.317.984	81,65	9.100.291	85,1
	Rural	3.110.602	46,67	2.523.825	32,47	2.142.128	23,44	1.869.814	18,35	1.593.638	14,9
Porto Alegre (RS)	Total	885.545	100	1.125.478	100	1.263.403	100	1.360.590	100	1.409.351	100
	Urbana	869.730	98,21	1.114.851	99,06	1.247.529	98,74	1.320.739	97,07	1.409.351	100
	Rural	15.815	1,79	10.627	0,94	15.874	1,26	39.851	2,93	-	-

Fonte: Elaborado a partir dos Censos IBGE.

Nos anos seguintes observa-se o crescimento da população urbana: em 1980, 99,06% da população é considerada urbana, reflexo da estrutura da economia local, do êxodo rural e do processo de urbanização da capital. Nos

Censos seguintes (1991 e 2000), observa-se uma ampliação da participação da população rural: 1,26% em 1991 e 2,93% em 2000; representando, em termos absolutos, aumento de 151%. Por outro lado, verifica-se estabilidade em torno de 3% da área do município utilizada para cultivo (IBGE).

Em 2010, os dados apontam 100% da população vivendo em área urbana devido a alteração no plano diretor que extinguiu a área rural no município. Não significa, entretanto, a extinção do setor primário e, tampouco, do espaço com características rurais. É possível identificar que 1,36% da população vive em área classificada como “área não urbanizada de cidade ou vila”, com características de ocupação rural. A partir de 2015, o PDDUA retomou a área rural, indicando que existe uma área com características rurais bem como população residente.

Quanto à ocupação da população economicamente ativa, os dados de 1970 (Tabela 2), apontam o setor industrial e de prestação de serviços como os maiores responsáveis pelo pessoal ocupado, seguidos do setor de comércio de mercadorias, e logo pelos serviços de administração pública e atividades sociais.

Tabela 2 - Ocupação das pessoas economicamente ativas por setor de atividade

Censo Demográfico 1970			
Ocupação das pessoas economicamente ativas por setor de atividade (Tabela 16, p.50)			
	Setor de atividade	Totais	%
PORTO ALEGRE	Totais	322.461	100
	Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal caça e pesca	4.348	0,62
	Atividades industriais	73.651	10,5
	Comércio de mercadorias	50861	7,23
	Prestação de serviços	73.172	10,4
	Transportes comunicações e armazenagem	22.285	3,17
	Atividades sociais	36.291	5,16
	Administração pública	30.507	4,34
	Outras atividades	31.346	4,46

Fonte: Elaborado a partir do Censo IBGE 1970.

Em 1980 (Tabela 3), ocorre um aumento significativo de pessoal ocupado no setor de prestação de serviços (25,2%); no comércio de mercadorias (14,69%) e em atividades sociais (14,52%), devido ao desenvolvimento acentuado destes setores e do processo de desindustrialização da capital. Essa tendência segue em 1991 (Tabela 4), com uma queda na participação do setor industrial, permanecendo os setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias com o maior percentual de pessoal ocupado em Porto Alegre.

Tabela 3 - Pessoas de 10 anos ou mais que trabalharam

Censo Demográfico 1980			
Pessoas de 10 anos ou mais que tabalharam no ano de referência, por setor de atividade segundo as regiões e as unidades da federação (Tabela 1.27, p.238)			
	Setor de atividade	Totais	%
PORTO ALEGRE	Totais	499.115	100
	Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	3774	0,76
	Indústria de transformação	67449	13,5
	Indústria da construção	38138	7,64
	Outras atividades industriais	7.708	1,54
	Comércio de mercadorias	73339	14,7
	Transportes e comunicações	30.301	6,07
	Prestação de serviços	125.785	25,2
	Atividades sociais	72.487	14,5
	Administração pública	36.898	7,39
	Outras atividades	43.236	8,66

Fonte: Elaborado a partir do Censo IBGE 1980.

Tabela 4 - Trabalho principal

Censo Demográfico 1991			
	Trabalho principal, setor de atividade, grupo	Registro(s)	%
PORTO ALEGRE	Agropecuária, extração vegetal e pesca	4.394	0,35
	Indústria de transformação	63.554	5,03
	Indústria da construção civil	28.974	2,29
	Outras atividades industriais	9.554	0,76
	Comércio de mercadorias	90.875	7,19
	Transporte e comunicação	31.767	2,51
	Serviços auxiliares da ativ. econômica	45.808	3,63
	Prestação de serviços	115.047	9,11
	Social	85.581	6,77
	Administração pública	41.478	3,28
	Outras atividades	40.514	3,21
	Não aplicável	705.857	55,9

Fonte: Elaborado a partir do Censo IBGE 1991.

Entre 2000 e 2010 (Tabelas 5 e 6), verifica-se a predominância da participação do setor de comércio com 8,36% em 2000 e 8,91% em 2010, com destaque para a área de veículos automotores. Em 2000, o setor de prestação de serviços aparece subdividido em mais categorias, com destaque para as áreas: saúde e serviços sociais (3,56%); administração pública, defesa e seguridade social (3,15%) e educação (3,1%). Essa tendência segue em 2010, quando a área de saúde humana e serviços sociais (4,28%); educação (3,66%); atividades profissionais científicas e técnicas (3,59%); administração pública, defesa e seguridade social (3,45%) e serviços domésticos (2,76%) passam a ter participação considerável no pessoal ocupado nestes períodos. Somando as atividades de prestação de serviços, o setor tem maior participação que o comércio. Os dados apresentados na sessão seguinte apontam uma estabilidade no número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios no setor comercial e um aumento nos vínculos empregatícios nas áreas de saúde e ensino, apontando o setor terciário, como responsável pela estruturação econômica e social de Porto Alegre.

Tabela 5 - Trabalho principal

Censo Demográfico 2000			
	Trabalho principal, setor de atividade, grupo	Pessoa(s)	%
PORTO ALEGRE	Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	3.774	0,28
	Pesca	256	0,02
	Indústrias extrativas	198	0,01
	Indústrias de transformação	52.841	3,88
	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3.987	0,29
	Construção	36.190	2,66
	Comércio / reparação veículos automotores	113.725	8,36
	Alojamento e alimentação	30.093	2,21
	Transporte, armazenagem e comunicações	41.225	3,03
	Intermediação financeira	20.598	1,51
	Ativs imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas	82.298	6,05
	Administração pública, defesa e seguridade social	42.926	3,15
	Educação	42.192	3,1
	Saúde e serviços sociais	48.396	3,56
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	38.184	2,81
	Serviços domésticos	37.859	2,78
	Organismos internos / outras inst. extraterritoriais	x	x
	Atividades mal especificadas	6.293	0,46
	Não aplicável	759.505	55,8

Fonte: Elaborado a partir do Censo IBGE 2000.

Tabela 6 - Trabalho principal

Censo Demográfico 2010			
	Trabalho principal, setor de atividade, grupo	Pessoa(s)	%
PORTO ALEGRE	Não aplicável	681.099	48,3
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5.306	0,38
	Indústrias extrativas	698	0,05
	Indústrias de transformação	45.316	3,22
	Eletricidade e gás	1.984	0,14
	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6.472	0,46
	Construção	43.676	3,1
	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	125.569	8,91
	Transporte, armazenagem e correio	33.048	2,34
	Alojamento e alimentação	29.022	2,06
	Informação e comunicação	23.315	1,65
	Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados	22.920	1,63
	Atividades imobiliárias	9.071	0,64
	Atividades profissionais, científicas e técnicas	50.655	3,59
	Atividades administrativas e serviços complementares	40.584	2,88
	Administração pública, defesa e seguridade social	48.657	3,45
	Educação	51.556	3,66
	Saúde humana e serviços sociais	60.330	4,28
	Artes, cultura, esporte e recreação	15.470	1,1
	Outras atividades de serviços	25.339	1,8
	Serviços domésticos	38.968	2,76
	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	202	0,01
	Atividades mal definidas	50.097	3,55

Fonte: Elaborado a partir do Censo IBGE 2010.

A indústria de transformação, apesar da queda na participação de pessoal ocupado a partir dos anos 1990, ainda representou o trabalho de 3,22% da população em 2010 (45.316 pessoas). O setor primário aparece no início do período analisado com pequena participação de pessoal ocupado mantendo-se até 2010 com algumas oscilações. No entanto verifica-se que o setor teve um crescimento de 40,5% (1.532 pessoas) entre 2000 e 2010, muito em função do aumento de agricultores dedicados ao cultivo de produtos orgânicos e pela ampliação da área de cultivo do arroz.

3. ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA

As atividades econômicas estão associadas a uma localização no espaço. A alteração da estrutura econômica reflete na localização destas atividades e, conseqüentemente, em rearranjos da estrutura intraurbana. A partir da década de 1930, a economia do Rio Grande do Sul deixou de ser predominantemente primário-exportadora, voltando-se ao mercado interno, onde, progressivamente, a indústria aumentou sua participação na estrutura econômica estadual (ALONSO; BANDEIRA, 1988). Porto Alegre passou a desempenhar papel hegemônico na produção industrial a partir das últimas décadas do Século XIX, assumindo a condição de centro mais importante - anteriormente exercido por Pelotas e Rio Grande - por sua relação direta com a área de produção colonial e as condições de transportes pelo porto (ALONSO; BANDEIRA, 1988). No período, verifica-se na capital a supremacia do ramo de alimentos e bebidas, em termos quantitativos e qualitativos: 25% dos operários e 60% do valor do produto industrial, muito em razão de técnicas de produção adiantadas neste setor, seguido pelos setores químico e têxtil, de couros e peles que também tinham atingido características fabris (SINGER, 1977).

O impulso inicial para a industrialização no país ocorreu na última década do século XIX, devido a fatores como a substituição do regime escravocrata pelo trabalho livre (geralmente imigrante), tarifa mais acentuadamente protecionista e crédito abundante. As condições propícias à industrialização levaram ao surgimento efetivo de indústrias em locais com pré-requisitos essenciais, dos quais, o mais importante, é o mercado consumidor para produtos industrializados. Com o tempo, a indústria paulista levou vantagem pois possui um maior mercado regional e acabou dominando o mercado nacional, deixando a indústria gaúcha e de outros estados em posição secundária (SINGER, 1977).

A participação de Porto Alegre no VAB do Estado (Tabela 7) começa a cair sistematicamente.

Tabela 7 - Série Histórica Comparativa do VAB entre Porto Alegre, RS e Brasil (%)

ANO	Agropecuária			Indústria			Serviço Total				Part. POA no VAB RS		
	Poa	RS	BR	Part Poa	Poa	RS	Brasil	Part Poa	Poa	RS		Brasil	Part Poa
1970	0,15	20,92		0,18	21,89	20,97		25,88	77,97	58,1		33,27	24,8
1985	0,58	16,91		0,43	40,98	41,02		12,45	58,44	42,07		17,3	12,46
1990	0,76	12,08		0,79	33,36	44,01		9,49	65,88	43,92		18,78	12,52
1996	0,08	9,17		0,12	16,12	27,72		7,73	83,8	63,11		17,65	13,29
2000	0,06	8,33		0,13	15,07	29,82		9,82	84,87	61,85		26,66	19,43
2005	0,05	7,12	5,48	0,14	12,16	28,57	28,47	7,81	87,79	64,31	66,05	25,04	18,35
2010	0,04	8,34	4,84	0,08	14,07	27,94	27,38	8,74	85,89	63,72	67,78	23,38	17,35
2018	0,04	8,98	5,15	0,07	8,33	22,44	21,85	6,21	91,93	68,59	73	22,35	16,73

Fonte: Elaborado a partir de FEE-Dados

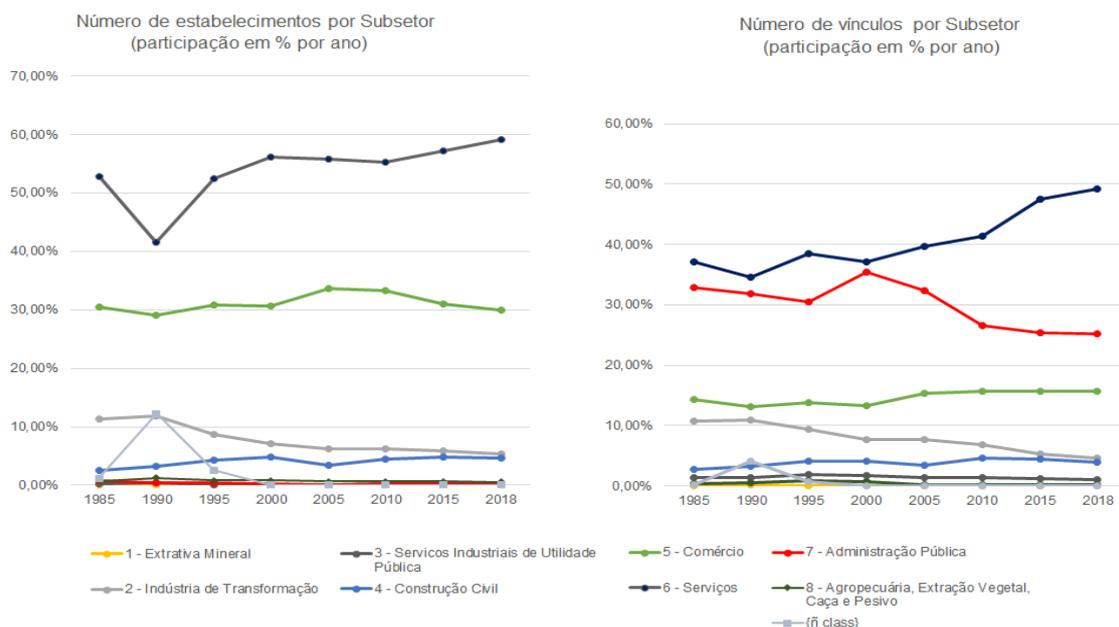
Esse processo é fruto, em parte, desta reestruturação econômica em outras esferas (internacional e nacional) e, especificamente, da rede urbana gaúcha. Essas estratégias estavam alinhadas às políticas governamentais federais, especialmente os PNDs, criados no regime militar que influenciaram a expansão rodoviária e alteraram características das políticas urbanas, especialmente relacionados a programas habitacionais, de saneamento, planejamento e gestão urbana. Buscou-se a instalação de distritos industriais e a infraestruturação do interior do estado viabilizando a disseminação da indústria, inclusive em cidades que já tinham certa tradição no setor, favorecendo a integração com a capital e os serviços nela localizados (ALONSO; BANDEIRA, 1988; DALMAZO, 1991). A indústria porto-alegrense perpassou os limites da cidade e transformou municípios vizinhos em subúrbios industriais (SINGER, 1977) se expandindo, posteriormente, pelo Estado, mais fortemente, entre Caxias do Sul e Porto Alegre, tendo como ligação, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Quanto aos setores da economia da capital é possível afirmar, reforçando dados referentes à população ocupada, que o setor primário pouco teve destaque na economia do município (Tabela 7). Já em 1939, o setor representava apenas 0,8% da economia do município, mantendo taxas similares entre 1985 e 1990, chegando em 2018 representando 0,04% da economia do município.

Relativamente ao número de estabelecimentos, a partir de dados da RAIS¹ (Gráfico 1, Tabela 8), observa-se que, em termos absolutos, entre 1985 e 2018 houve aumento no número de estabelecimentos de 55,6%, entretanto, em relação à participação na estrutura econômica total anual, este teve uma queda: de 0,77% (1985) para 0,59% (2018). Quanto ao número de vínculos empregatícios, em termos absolutos, apresentou queda de 10,3%, apesar do aumento no número de estabelecimentos; reduziu-se também a participação do setor (de 0,32% para 0,24%).

¹ Os dados do RAIS foram agrupados pelos Setores Econômicos do IBGE (1-Extrativo Mineral; 2-Indústria de Transformação; 3-Serviços Industriais de Utilidade Pública; 4-Construção Civil; 5-Comércio; 6-Serviços; 7-Administração Pública; 8-Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca) e são agrupados por setores econômicos neste trabalho como primário, secundário e terciário.

Gráfico 1 - Transformação econômica por subsetor entre 1985 e 2018



Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

Tabela 8 - Número de estabelecimentos e de vínculos do Setor Primário

IBGE Setor	IBGE Subsetor	1985				2018				Variação	
		Est	%	Vinc	%	Est	%	Vinc	%	Est	Vinc
1 - Extrativa Mineral	Total	29	0,14%	538	0,09%	15	0,03%	254	0,04%	-48,28%	-52,79%
	01-Extrativa mineral	29		538		15		254		-48,28%	-52,79%
8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesvivo	Total	171	0,77%	1.816	0,32%	266	0,59%	1.629	0,24%	55,56%	-10,30%
	25-Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	171		1.816		266		1.629		55,56%	-10,30%

Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

Houve alteração nos produtos cultivados. Em relação à área destinada à produção, em 1988, o arroz, o pêssego e a mandioca representavam 26,69%, 24,64% e 23,41%, respectivamente. Em 2019 houve redução significativa em relação ao cultivo de pêssego e mandioca, passando a representar 2,01% e 3,02%, respectivamente. Por outro lado, a participação do Arroz alcançou 63,32%. Destaca-se ainda o cultivo da Soja, desde 2016, e até então inexistente, onde representava 10,09% da área total cultivada, ao passo que em 2019, representava 18,09%.

Relativamente ao Setor Secundário, o processo de desindustrialização começou a ocorrer na década de 1970, seguindo a tendência de outras metrópoles nacionais. Naquele ano, a Indústria correspondia a 21,89% da economia, representando 25,88% da produção industrial do Estado. Em 1985, apesar do setor representar 40,98% da estrutura econômica do município, sua participação na economia do estado caiu para 12,45% (Tabela 7), indicando os reflexos da metropolização e posterior interiorização da produção industrial, como retratado por Alonso e Bandeira (1988).

Os autores apontam que este processo é fruto de múltiplas causas. A localização privilegiada em termos intraurbanos não é uma condição essencial ao desempenho de atividades industriais. Das causas gerais, estão: o elevado preço da terra; o tecido urbano consolidado que impediria a expansão física das

atividades e as deseconomias de aglomeração, sobretudo pela dificuldade de transporte de mercadorias e matérias-primas devido aos congestionamentos inerentes às grandes cidades. A Região Metropolitana passou a ser uma resposta viável a estas demandas ao oferecer espaço para instalação de parques industriais, localizados junto a malha rodoviária, estando próximas o suficiente da capital para usufruir das economias de localização (fornecedores de insumos, consumidores e atacadistas, serviços especializados de manutenção) e das economias de urbanização (infraestrutura adequada, serviços especializados, sistema financeiro), se expandindo, posteriormente pelo estado (ALONSO; BANDEIRA, 1988; DALMAZO, 1991).

Nesse sentido, é possível observar a participação da indústria na economia do município (tabela 7) reduzir a partir da década de 1990, de 33,36% para 8,33% em 2018 e, conseqüentemente, sua participação na economia do Estado, de 9,49% para 6,21%. Observa-se que entre 1990 e 2000, embora a participação interna do setor tenha caído, a participação no estado seguiu constante, em torno de 9,5%. Isso reflete a queda generalizada da participação da indústria na economia gaúcha (de 44,01% em 1990 para 22,4% em 2018) e a concentração industrial remanescente no município.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos e de vínculos do Setor Secundário

IBGE Setor	IBGE Subsetor	1985				2018				Variação	
		Est	%	Vinc	%	Est	%	Vinc	%	Est	Vinc
2 - Indústria de Transformação	Total	2.537	11,33%	61.290	10,80%	2.436	5,39%	31.698	4,60%	-3,98%	-48,28%
	02-Indústria de produtos minerais não metálicos	195	7,69%	1.444	2,36%	57	2,34%	501	1,58%	-70,77%	-85,30%
	03-Indústria metalúrgica	333	13,13%	12.190	19,89%	270	11,08%	1.820	5,74%	-18,92%	-85,07%
	04-Indústria mecânica	219	8,63%	4.610	7,52%	189	7,76%	2.337	7,37%	-13,70%	-49,31%
	05-Indústria do material elétrico e de comunicações	111	4,38%	2.830	4,62%	113	4,64%	1.805	5,69%	1,80%	-36,22%
	06-Indústria do material de transporte	49	1,93%	3.291	5,37%	52	2,13%	3.000	9,46%	6,12%	-8,84%
	07-Indústria da madeira e do mobiliário	248	9,78%	2.677	4,37%	119	4,89%	587	1,85%	-52,02%	-78,07%
	08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	215	8,47%	3.773	6,16%	323	13,26%	3.913	12,34%	50,23%	3,71%
	09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	276	10,88%	4.974	8,12%	263	10,80%	2.717	8,57%	-4,71%	-45,38%
	10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	241	9,50%	6.519	10,64%	190	7,80%	4.632	14,61%	-21,16%	-28,95%
	11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	336	13,24%	8.851	14,44%	268	11,00%	1.897	5,98%	-20,24%	-78,57%
	12-Indústria de calçados	34	1,34%	143	0,23%	6	0,25%	14	0,04%	-82,35%	-90,21%
	13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	280	11,04%	9.988	16,30%	586	24,06%	8.475	26,74%	109,29%	-15,15%
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	Total	58	0,28%	8.033	1,42%	84	0,19%	7.253	1,05%	44,83%	-9,71%
	14-Serviços industriais de utilidade pública	58		8.033		84		7.253		44,83%	-9,71%
4 - Construção Civil	Total	553	2,52%	15.533	2,74%	2.087	4,62%	27.720	4,02%	277,40%	78,46%
	15-Construção civil	553		15.533		2.087		27.720		277,40%	78,46%

Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

Na tabela 9 e Gráfico 1, observa-se que em 1985, a Indústria de Transformação representava 11,33% dos estabelecimentos e 10,8% dos vínculos, em 2018, a participação cai para 5,39% e 4,60% respectivamente, representando redução de 3,98% no número de estabelecimentos e 48,28% no número de vínculos. Evidencia-se que a redução no número de estabelecimentos é significativamente menor em relação ao número de vínculos. Indica-se duas causas desse fenômeno: a matriz produtiva e o porte das indústrias, tendo reverberação direta sobre a estrutura do território, relacionado ao espaço necessário para o desenvolvimento da atividade, às operações de

logística, e ao grau de externalidades negativas que certas atividades representam ao espaço urbano.

Relativamente à matriz produtiva, em 1985, Porto Alegre apresentava certa diversidade, liderado pelas indústrias *metalúrgica* (3), *têxtil* (11) e *produção de alimentos e bebidas* (13). Em 2018, observa-se redução nessa diversidade, destacando-se as indústrias destinadas à *produção de alimentos e bebidas* e ao *papel e serviços gráficos* (8). Em relação aos subsetores, observa-se que, em termos absolutos, houve redução nos vínculos empregatícios de forma generalizada. Cabe ressaltar a redução expressiva no número de estabelecimentos relativo aos subsetores *calçados* (12), *produtos minerais não metálicos* (2) e *madeira e do mobiliário* (7) e o aumento substancial dos subsetores 13 e 8, indicando uma alteração na matriz produtiva do setor secundário.

Tabela 10 - Número de estabelecimentos e de vínculos do Setor Secundário por porte.

Indústria de Transformação por porte										
Porte	1985				2018				Variação	
	Estab	%	Vinc	%	Estab	%	Vinc	%	Estab	Vinc
0 Empregado	158	6,23%			258	10,59%			63,29%	
De 1 a 4	1.065	41,98%	2.195	3,58%	1.168	47,95%	2.358	7,44%	9,67%	7,43%
De 5 a 9	474	18,68%	3.180	5,19%	452	18,56%	2.964	9,35%	-4,64%	-6,79%
De 10 a 19	348	13,72%	4.748	7,75%	305	12,52%	4.118	12,99%	-12,36%	-13,27%
De 20 a 49	285	11,23%	8.663	14,13%	152	6,24%	4.478	14,13%	-46,67%	-48,31%
De 50 a 99	97	3,82%	6.548	10,68%	48	1,97%	3.200	10,10%	-50,52%	-51,13%
De 100 a 249	19	0,75%	11.326	18,48%	36	1,48%	5.626	17,75%	89,47%	-50,33%
De 250 a 499	19	0,75%	6.400	10,44%	12	0,49%	4.176	13,17%	-36,84%	-34,75%
De 500 a 999	14	0,55%	9.691	15,81%	4	0,16%	3.054	9,63%	-71,43%	-68,49%
1000 ou Mais	6	0,24%	8.539	13,93%	1	0,04%	1.724	5,44%	-83,33%	-79,81%
Total	2.537	100%	61.290	100%	2.436	100%	31.698	100%	-3,98%	-48,28%

Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

Em relação ao tamanho (tabela 10), praticamente desaparecem indústrias de grande porte (acima de 500 vínculos empregatícios). Estas representavam, em 1985, 0,79% (20 estabelecimentos); correspondendo a 29,74% dos empregos no setor, ao passo que em 2018, correspondiam a 0,2% (5 estabelecimentos), respondendo a 15,07% dos empregos. Desaparecem as indústrias metalúrgica e têxtil, responsáveis pelas empresas deste porte. Atualmente as indústrias de grande porte concentram-se nos subsetores 13, 6 e 10. Aquelas com vínculos empregatícios entre 100 a 249 representam aumento no número de estabelecimentos na ordem de 89,47%, puxado pelo subsetor 13.

Embora tenha havido redução do número de vínculos, observou-se aumento no número de estabelecimentos de menor porte: empresas familiares (sem empregados) tiveram aumento de 63,29% e de 1 a 4 empregados, de 9,27%, com destaque para os setores 13, 8 e 6. Acerca do subsetor 13, pode-se relacionar ao aumento da produção agrícola onde, nestas propriedades familiares, há a fabricação de produtos alimentícios derivados da produção própria e da instalação de cervejarias artesanais. O aumento expressivo no número de estabelecimentos de pequeno porte pode estar relacionado às atividades industriais do Circuito Inferior. Refletem também na dispersão das

atividades industriais no território, considerando que estruturas menores têm reduzido suas necessidades de boa localização em termos logísticos, de ampliação das unidades fabris e menor propagação de externalidades negativas. O Setor da Construção Civil, componente do Setor Secundário, teve um incremento em ambas as variáveis (tabela 9 e Gráfico 1). Em termos absolutos, houve aumento de 277,40% no número de estabelecimentos, aumentando a participação do setor de 2,52% para 4,62%; em relação aos vínculos empregatícios, houve aumento de 78,46%, passando de 2,74% para 4,02%. Isso representa a demanda pela produção do espaço referentes ao espraiamento e adensamento/verticalização.

Ao passo que há uma redução na participação da Indústria, observa-se aumento crescente do Setor Terciário. O Setor terciário não é homogêneo, contendo atividades modernas, inseridas no Circuito Superior, e as demais atividades, incluindo o setor informal, pertencentes ao Circuito Inferior, conforme definidos por Santos ([1979] 2011). Porto Alegre sempre teve o Setor Terciário como destaque (Tabela 7 e 11, Gráfico 1). Em 1939, o setor representava 75,69% internamente, e 26,21% na economia do estado, alcançando, em 1970, 77,97% e 33,27% no estado, alcançando, em 2018, 91,63% de participação (88,17% referente ao Comércio e Serviço e 11,83% à Administração Pública). Relativamente à participação do setor na economia estadual neste período, observa-se certa estabilidade entre 1990 e 1998, estabilizando na faixa de 22% em 2018. Uma das causas está no rearranjo econômico da rede urbana do estado, onde novas cidades passam a desempenhar, mais fortemente, as atividades do setor terciário, inclusive aquelas do Circuito Superior. O aumento da participação no setor terciário não é apenas quantitativo, mas também qualitativo ao agregar atividades modernas (ALONSO; BANDEIRA, 1988). Em termos absolutos, há aumento em quase todos os subsetores (Tabela 11). Relativamente à participação, identifica-se que o Setor Comércio se mantém estável.

Tabela 11 - Número de estabelecimentos e de vínculos do Setor Terciário

IBGE Setor	IBGE Subsetor	1985				2018				Variação	
		Est	%	Vinc	%	Est	%	Vinc	%	Est	Vinc
5 - Comércio	Total	6.825	30,84%	80.853	14,25%	13.518	29,94%	108.215	15,69%	98,07%	33,84%
	16-Comércio varejista	5.587	81,86%	64.097	79,28%	11.607	85,86%	90.720	83,83%	107,75%	41,54%
	17-Comércio atacadista	1.238	18,14%	16.756	20,72%	1.911	14,14%	17.495	16,17%	54,36%	4,41%
6 - Serviços	Total	11.831	52,14%	211.065	37,20%	26.669	59,06%	339.221	49,19%	125,42%	60,72%
	18-Instituições de crédito, seguros e capitalização	421	3,63%	32.319	15,31%	1.046	3,92%	19.561	5,77%	148,46%	-39,48%
	19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	5.789	48,59%	51.416	24,36%	12.462	46,73%	115.036	33,91%	115,27%	123,74%
	20-Transportes e comunicações	600	5,23%	37.377	17,71%	2.143	8,04%	36.492	10,76%	257,17%	-2,37%
	21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ...	4.053	34,40%	72.129	34,17%	6.668	25,00%	78.140	23,04%	64,52%	8,33%
	22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários	784	6,59%	15.255	7,23%	3.169	11,88%	56.722	16,72%	304,21%	271,83%
	23-Ensino	184	1,56%	2.569	1,22%	1.181	4,43%	33.270	9,81%	541,85%	1195,06%
7 - Administração Pública	Total	165	0,78%	186.882	32,94%	78	0,17%	173.608	25,18%	-52,73%	-7,10%
	24-Administração pública direta e autárquica	165		186.882		78		173.608		-52,73%	-7,10%

Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

A administração pública compõe o Setor Terciário (Tabela 11, Gráfico 1). Embora sua participação seja pequena quanto ao número de estabelecimentos, tem percentual elevado de vínculos empregatícios, ainda que em queda (32,94% em 1985 e 25,18% em 2018). Em termos absolutos, houve redução de 52,73% no número de estabelecimentos e de 7,10% no número de empregos. Esse fator

pode estar associado à redução do Estado promovido pelas políticas de privatização e extinção de órgãos públicos.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos e de vínculos do Setor Terciário (Comércio) por porte.

Comércio por porte										
Porte	1985				2018				Variação	
	Estab	%	Vinc	%	Estab	%	Vinc	%	Estab	Vinc
0 Empregado	669	9,80%			1.525	11,28%			127,95%	
De 1 a 4	3.459	50,68%	6.891	8,52%	6.977	51,61%	14.235	13,15%	101,71%	106,57%
De 5 a 9	1.241	18,18%	8.101	10,02%	2.634	19,49%	17.282	15,97%	112,25%	113,33%
De 10 a 19	705	10,33%	9.492	11,74%	1.426	10,55%	19.020	17,58%	102,27%	100,38%
De 20 a 49	439	6,43%	12.926	15,99%	676	5,00%	19.764	18,26%	53,99%	52,90%
De 50 a 99	183	2,68%	12.434	15,38%	168	1,24%	11.512	10,64%	-8,20%	-7,42%
De 100 a 249	30	0,44%	13.120	16,23%	87	0,64%	12.829	11,86%	190,00%	-2,22%
De 250 a 499	30	0,44%	10.189	12,60%	16	0,12%	5.696	5,26%	-46,67%	-44,10%
De 500 a 999	10	0,15%	6.424	7,95%	7	0,05%	4.938	4,56%	-30,00%	-23,13%
1000 ou Mais	1	0,01%	1.276	1,58%	2	0,01%	2.939	2,72%	100,00%	130,33%
Total	6.825	100%	80.853	100%	13.518	100%	108.215	100%	98,07%	33,84%

Fonte: Elaborado a partir de dados do RAIS/ME.

Observa-se que há um crescimento absoluto na ordem de 100% em termos de número de estabelecimentos, mas apenas 33,8% em relação ao número de vínculos empregatícios (Tabela 12). Uma das causas desse resultado está na concentração do setor em pequenos estabelecimentos. Observa-se que as empresas familiares tiveram aumento de 127,95%, passando a corresponder a 11,28% da estrutura do setor em 2018. Empresas de menor porte (entre 1 e 19 empregados) também tiveram aumento de 100%. Por outro lado, evidencia-se a redução de empresas de grande porte (entre 250 a 999 empregados). Essa reorganização tem reverberações no território. Como investigado por Maraschin (2018), a partir de dados de 2010, há tendência desses estabelecimentos estarem localizados de forma pulverizada no território, em centros locais de comércio. O aumento de estabelecimentos de pequeno porte reforça essa ideia. Destacam-se ainda intervenções estatais para reestruturar o comércio informal como a implantação de dois Centros Populares de Compras, um na área central (2009) e outro no Bairro Restinga (2016).

No âmbito da prestação de serviços e do comércio, destaca-se o papel de Shoppings Centers e Hipermercados. Estes equipamentos exercem papel na estruturação do espaço urbano ao representar a criação de uma centralidade terciária, com externalidades relativas ao entorno e poder atrator a novos empreendimentos comerciais e imobiliários (VILLAÇA, 2001). Em Porto Alegre, o Shopping Center Iguatemi foi o primeiro a ser implementado, em 1983. Atualmente são aproximadamente 16 empreendimentos do tipo, com distribuição não homogênea, localizado junto a vias importantes, (acessibilidade alta e próximo às rendas mais altas). Quanto a supermercados, a cidade conta com uma grande rede local (Cia. Zaffari) e duas redes multinacionais (Grupo BIG e Carrefour), distribuídos no território. Relativamente à localização dos supermercados, Maraschin (2018) aponta que estes ponderam para implantação a relação entre a acessibilidade local e o porte do empreendimento, de modo a obter maior proximidade e facilidade de acesso ao entorno imediato. A presença de grandes grupos empresariais no varejo do setor alimentício indica a presença

hegemônica do circuito superior, incluindo a introdução do capital internacional através dos grupos BIG² e Carrefour, proveniente do processo da globalização.

O Setor de Serviços contempla uma gama maior de atividades³. De modo geral, a participação do setor era de 52,14% em 1985, passando a 59,06% em 2018; em relação ao número de vínculos empregatícios, passou de 37,2% para 49,19%. Destacam-se o aumento das atividades ligadas aos *Serviços Médicos* (22) e de *Ensino* (23). Em termos absolutos, 304,21% e 541,85% no número de estabelecimentos, respectivamente, e referente ao número de empregos, o incremento foi de 271,83% e de 1195,09%, respectivamente.

Relativamente às Instituições de Créditos, embora a participação do número de estabelecimentos tenha tido aumento em termos absolutos e na participação, o número de vínculos caiu (39,5% em termos absolutos, e 15,31% na participação, em 1985 e 5,77% em 2018), estando relacionado com a expansão das atividades de crédito associados a introdução de tecnologias que substituem o trabalho manual. Observa-se a formação de monopólios, pela redução do número de bancos e o crescente número de agências bancárias (tabela 13). Em termos espaciais, há a difusão da atividade no território, alcançando locais periféricos.

Tabela 13 - Número de agências e instituições bancárias em Porto Alegre

	1988	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2018
Nº de bancos	55	65	67	46	33	31	28	23
Nº de agências	174	226	289	290	311	345	374	349

Fonte: Banco Central do Brasil, 2020.

4. ANÁLISE DA ESTRUTURA POLÍTICA

As alterações econômicas e sociais são viabilizadas por aspectos políticos que incidem sobre o espaço, realizadas/legitimadas por instituições que correspondem ao Estado, em nível Federal, Estadual e Municipal, interdependentes. Neste sentido, entende-se instituições como aquelas que respondem às demandas de cada indivíduo através da produção de normas, ordens e legitimações (SANTOS, [1985] 2014), identificadas neste trabalho a partir dos planos diretores, compreendidos como principal instrumento normativo em nível municipal, incorporando diretrizes do nível estadual e federal.

Visando identificar padrões de transformação na estrutura política associados à estrutura social e econômica, a análise dos planos diretores buscou compreender a transformação da estruturação e divisão territorial contidas no

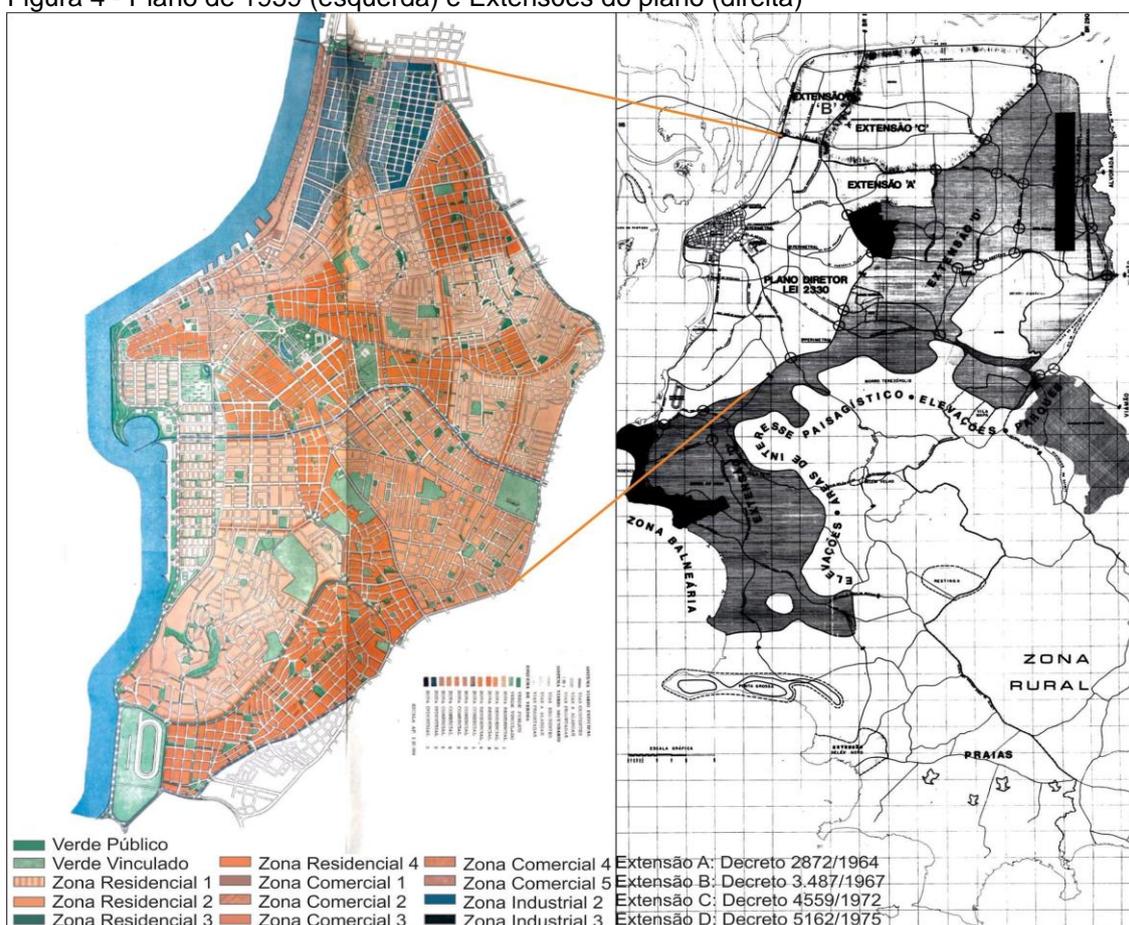
² Referente ao Grupo BIG, a título de exemplificação das movimentações do mercado internacional no âmbito local, interessante resgatar sua história: na década de 1990, o grupo português Sonae comprou as operações de redes de supermercados locais; em 2005, a americana Walmart adquiriu as operações do grupo Sonae no Brasil, em 2019, as operações do Walmart no Brasil foram adquiridas pelo fundo de investimentos Advent, criando o Grupo BIG e em 2021, o Grupo Carrefour adquiriu as operações do Grupo BIG. Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/carrefour-compra-big-ex-walmart/>

³ 18-Instituições de crédito, seguros e capitalização; 19-Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico...; 20-Transportes e comunicações; 21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ...; 22-Serviços médicos, odontológicos e veterinários; 23-Ensino

PDDU (1979) e no PDDUA (1999 e alterações posteriores). Porto Alegre apresenta tradição em planejamento urbano, com a elaboração de planos urbanísticos e planos diretores, compreendidos em cinco períodos.

O primeiro período corresponde ao Plano Geral de Melhoramentos (1914), com propostas de remodelação, saneamento e embelezamento urbano voltadas para a área central. No segundo período destaca-se o Plano Gladosch, (1943), em que as propostas de urbanização se expandem para os vales alagados da cidade, com propostas de aterro da margem sul. O terceiro período corresponde ao Plano Diretor (Figura 4, esquerda), promulgado pela Lei 2046/1959 e revisado pela Lei 2330/1961 (Figura 4, direita). Inicialmente proposto para a área central até a atual Terceira Perimetral, abrangendo posteriormente todo o território municipal, a partir das “extensões do plano”, em que se define a zona rural na “extensão D”, em 1975.

Figura 4 - Plano de 1959 (esquerda) e Extensões do plano (direita)



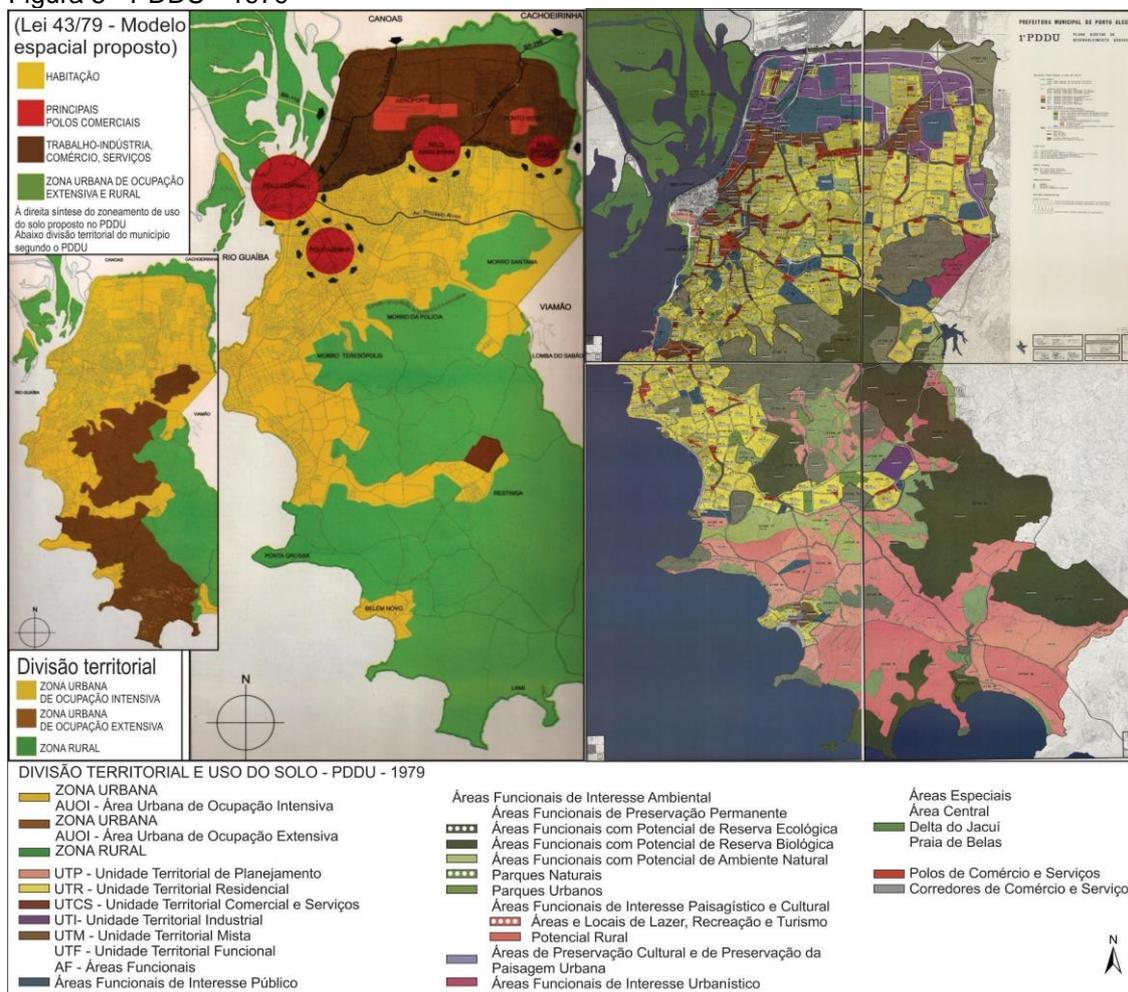
Fonte: Porto Alegre, 1959; 1961.

O quarto período corresponde ao Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado pela Lei 43/1979, considerado normativo/regulatório, incorporando o município todo. Como estruturação do território, o território municipal foi dividido, para fins administrativos, fiscais e de regime urbanístico, em zona urbana e zona rural (Figura 5), sendo a zona urbana dividida em Área Urbana de Ocupação Intensiva (AUOI) - prioritária para fins de urbanização -, e Área Urbana de Ocupação Extensiva (AUOE) - de urbanização rarefeita, predominando atividades de exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal e agroindustrial, permitidos usos compatíveis com as atividades rurais,

como habitações unifamiliares e atividades complementares às rurais, sem parcelamento do solo para fins urbanos. Esta área de ocupação rarefeita ainda apresenta predominância à conservação do patrimônio ambiental municipal, através da proteção ecológica e paisagística, em especial quanto à elevação, orla fluvial, flora e demais fatores biofísicos condicionantes.

No PDDU, os usos do solo eram regulados mediante a instituição de zonas de uso, definidos por Unidades Territoriais de Planejamento (UTP), classificadas de acordo com os usos predominantes. As UTPs são agrupadas em Unidades Territoriais Seccionais Intensiva, Extensiva ou Rural. As Áreas Funcionais foram classificadas em Interesse Público, Interesse Ambiental ou Interesse Urbanístico. As áreas especiais eram a Área das Ilhas do Delta do Jacuí, a Área da Praia de Belas e a Área Central, apresentando regimes próprios e específicos devido às suas peculiaridades.

Figura 5 - PDDU - 1979



Fonte: Porto Alegre, 1979; 1980.

Os Pólos e Corredores de Serviços se caracterizavam como espaços de comércio e serviço, no atendimento das necessidades da população residente nos raios de influência ou da cidade em geral, de acordo com o nível de especialização. No mapa (Figura 4) destaca-se o Pólo Central e o Pólo Azenha (o primeiro foi área núcleo de integração até 1968, o que a partir de 2000

acontece no segundo, Rigatti, (2019), Aeroporto, Pólo Assis Brasil, Porto Seco e Pólo Baltazar de Oliveira Garcia.

O quinto e atual período do processo de planejamento urbano corresponde ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), aprovado em 1999 pela Lei 434, sob a CF/1988 e revisado em 2010, sob o Estatuto da Cidade, em vigor atualmente (Figura 6). Este plano incorporou o planejamento estratégico, e tem como princípio o cumprimento das funções sociais da propriedade urbana. Observa-se que sua concepção incorpora o arcabouço teórico-conceitual da pós-modernidade, planejamento estratégico e neoliberalismo.

O PDDUA é constituído por 7 estratégias⁴ e modelo espacial, que não apresentam articulação entre si. Quanto ao modelo espacial, o PDDUA extingue a zona rural⁵ instituída em 1979 e define todo o território de Porto Alegre como urbano, dividido em Área de Ocupação Intensiva (AOI) - prioritária para urbanização -, e Área de Ocupação Rarefeita (AOR) - de baixa densificação, com predominância à proteção da flora, fauna e demais elementos naturais, admitindo-se e atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária. As AOI e AOE dividem-se em Unidades de Estruturação Urbana⁶ (UEUs) que são agrupadas em Macrozonas⁷ (MZ) e podem ser subdivididas em SubUnidades de Estruturação Urbana. As Subunidades são frações do território que correspondem à divisão que define o regime urbanístico (densidade bruta, atividade, índice de aproveitamento e volumetria) sendo classificadas segundo Zonas de Uso⁸ (Quadro 2)

Quadro 2 - Áreas e Usos estabelecidos no PDDUA

Área	AOI	AOE	Áreas Especiais
	Área de Ocupação Intensiva	Área de Ocupação Extensiva	
Usos	Áreas Predominantemente Residenciais Mista, de 1 a 5, conforme as atividades residenciais, comerciais, serviços e industriais a serem estimuladas Áreas Predominantemente Produtivas	Desenvolvimento Diversificado Produção Primária Proteção do Ambiente Natural Corredor Agroindustrial Potencial de Intensiva	Com regimes urbanísticos próprios Interesse Cultural Interesse Institucional Reserva Biológica Parque Natural

Fonte: Elaborado a partir do PDDUA

⁴ Estruturação urbana, mobilidade urbana, uso do solo privado, qualificação ambiental, promoção econômica, produção da cidade, sistema de Planejamento Urbano.

⁵ A zona rural foi re-instituída em 2015 através da LC 775 que considerou uma delimitação dentro da Área de Produção Primária definida no PDDUA e na LC 646/2010. A LC 775/2015 busca o desenvolvimento da produção rural orgânica sustentável.

⁶ Unidades de Estruturação Urbana (UEUs) são módulos estruturadores do Modelo Espacial definidos pela malha viária básica, podendo ser divididos em Subunidades de Estruturação Urbana quando englobarem regimes urbanísticos distintos;

⁷ Macrozonas são conjuntos de UEUs com características peculiares quanto a aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais. O município é dividido em 9 Macrozonas, sendo a macrozona 8 definida como Cidade Rururbana e a macrozona 9 como Parque Estadual Delta do Jacuí. As demais macrozonas apresentam características de urbanização intensiva com diferenças quanto ao tipo de urbanização.

⁸ As Zonas de Uso são concebidas no PDDUA com base nos conceitos de “Cidade Miscigenada”, “Policentralidade”, “Centralidade”, “Incômodo”, “Impacto”, “Manutenção do Patrimônio Ambiental” e “Estímulo à Produção Primária”.

No plano de 1959 o zoneamento foi incorporado como instrumento do planejamento urbano e, a partir das extensões ao plano, passou a ser instrumento de planejamento do crescimento urbano, acomodando as transformações econômicas que incidiam localmente. Era utilizado visando a preservação das condições de habitabilidade, mas, por outro lado, mantendo o caráter especulativo através da valorização de determinadas áreas e, assim, ampliando a renda da terra (ALMEIDA, 2004).

A incorporação da urbanização rarefeita (PDDU e PDDUA) tendeu a materializar um crescimento espraiado dado pela formação de vazios que vêm sendo preenchidos, tensionando as áreas ecologicamente sensíveis e as áreas produtivas da zona rural. No sentido da expansão urbana, destaca-se uma tendência a expansão na Macrozona *Cidade Rururbana* especialmente a região localizada nas proximidades das macrozonas '*cidade de transição*', '*cidade jardim*', '*Restinga*' e '*Lomba do Pinheiro*', e também no entorno das áreas definidas como '*desenvolvimento diversificado*' e '*predominância residencial*' na macrozona rururbana no extremo sul. Essa expansão é caracterizada por ocupações irregulares, por loteamentos populares e por condomínios fechados destinados às camadas de média-alta e alta renda.

O caráter fragmentado e aberto a negociações incorporado pelo PDDUA é a principal alteração relativamente ao PDDU. Enquanto o PDDU apresentava um caráter considerado normativo, indicando penalidades ao não cumprimento das regras definidas, o PDDUA passa a apresentar caráter especulativo, com ampla abertura ao capital privado. Com relação às zonas de uso do solo, enquanto as UTPs localizadas na AUOI do PDDU poderiam ser classificadas em Residenciais, Comerciais e de Serviços, Industriais, Mistas, ou Funcionais, na AUOE buscava-se conter a urbanização, as atividades residenciais poderiam ser realizadas somente por edificações residenciais unifamiliares - mesmo contendo brechas para a implantação de condomínios fechados⁹. Permitiam, além das atividades rurais, atividades de apoio às habitações. Na Zona Rural eram permitidas habitações unifamiliares e as atividades complementares às rurais, exceto parcelamento para fins urbanos.

No PDDUA, a possibilidade de subdivisão das UEUs, a partir de SubUnidades, passou a permitir alterações parciais nas UEUs gerando fragmentações das Macrozonas. A estruturação do uso do solo e regime urbanístico, com base nas SubUEU, gera uma fragmentação no território, compatível com a ruptura observada a partir de meados de 1970, definida por considerável quantidade de capital fixo adicionado ao território, e dissociado do ambiente natural, que é produzido cada vez mais em função de um "processo produtivo espalhado e tecnicamente fragmentado" (SANTOS, [1993] 2018, p. 49). Observa-se também que existe maior dissolução e flexibilidade na classificação dos usos e na definição das áreas que são incentivadas a receber tais atividades, sendo alteradas e 'negociadas' de acordo com interesses econômicos.

⁹ O exemplo mais expressivo é o condomínio Terraville Belém Novo Golf Club, aprovado no PDDU e implantado em 2000 no bairro Belém Novo, com uma área de 143 hectares (GARCIA, 2017).

5. ANÁLISE DA ESTRUTURA GEOGRÁFICA

Os mapas de uso e cobertura do solo (Figura 7) demonstram a interação entre os elementos do espaço analisados (infraestrutura e meio ecológico), pressupondo a interdependência funcional entre eles. Estes elementos representam uma certa sedimentação do sistema de objetos, materializadas na evolução do espaço sob a influência do sistema de ações. As infraestruturas correspondem ao “trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.” e o meio ao “conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano” (SANTOS, [1985] 2014, p. 17). Segundo Milton Santos, o estudo das interações permite recuperar a totalidade social, isto é, o espaço como um todo, e a sociedade como um todo, pois cada ação é um resultado do próprio processo social.

As funções e os processos (sociais, econômicos, políticos, culturais) da sociedade se realizam através de formas que são transformadas para receber novas funções de acordo com os interesses vigentes (SANTOS, [1985] 2014). A análise dos mapas de uso e cobertura do solo buscou demonstrar como as dinâmicas econômica e política reverberaram em alterações espaciais (formas) e crescimento de áreas urbanizadas no processo de transformação do espaço entre 1985 e 2019. Considerando que a acumulação de capital demanda maior quantidade de capital fixo para facilitar a circulação de maior quantidade de fluxos, quantitativamente é possível observar um aumento de pouco mais de 18% de área urbanizada (aumento de 3.435ha), perfazendo 7% da área municipal (Área Não Vegetada, Tabela 14). De maneira qualitativa, observa-se que o crescimento da área identificada como ‘Infraestrutura Urbana’ em 2019 se deu principalmente sobre áreas identificadas em 1985 como ‘Outras Áreas Não Vegetadas’, ‘Formação Campestre’, ‘Outras Lavouras Temporárias’ e ‘Formação Florestal’.

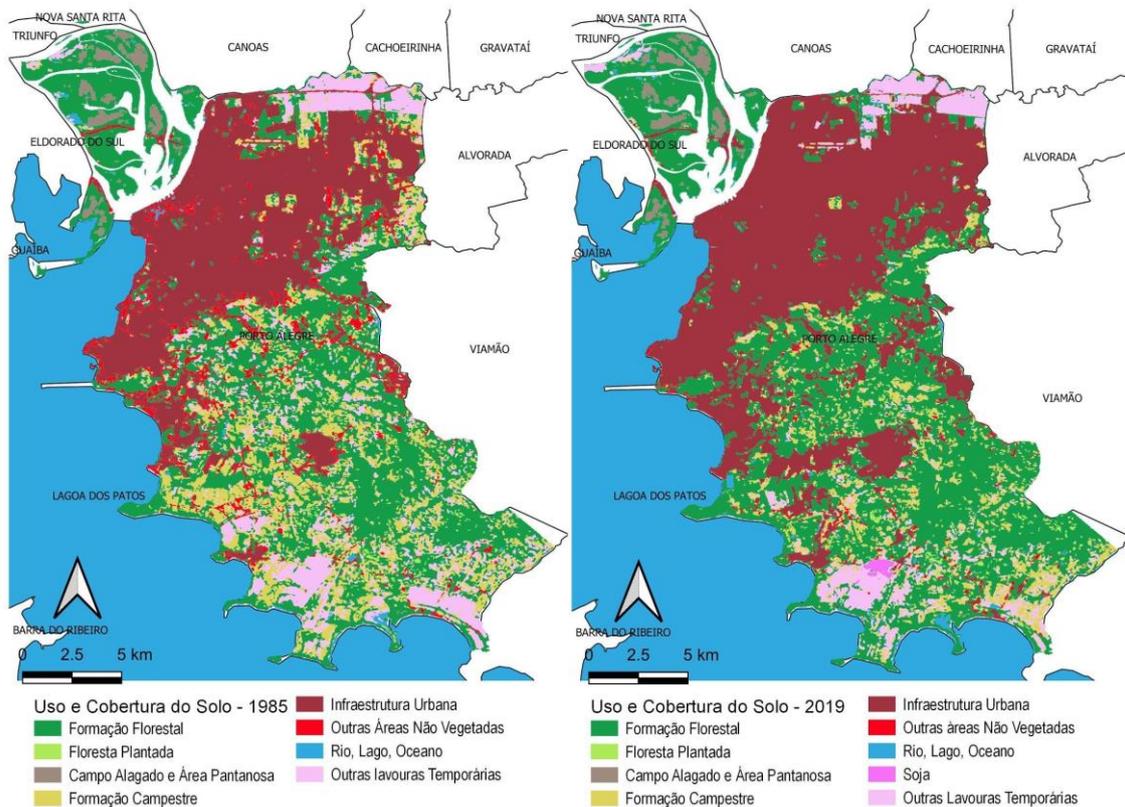
Consequentemente é possível observar uma dinâmica de diminuição de área dos seguintes tipos de uso e cobertura do solo no período entre 1985 e 2019: ‘Formação Natural Não Florestal’ - diminuição de 5,9% no período, queda constituída por ‘Formação Campestre’, sendo mais acentuada entre 2000 e 2019, correspondendo a 4,4% deste total; ‘Agropecuária’ - diminuição de 5,9% entre 1985 e 2000 e ligeiro aumento de 1% entre 2000 e 2019, constituída por áreas ocupadas por ‘Outras Lavouras Temporárias/Mosaico de Lavouras’ com diminuição de 5,9% entre 1985 e 2000 e ligeiro aumento de 0,8% entre 2000 e 2019, e ‘Soja’¹⁰ com aumento de 0,2% entre 2000 e 2019.

Quanto à ‘Formação Florestal’ observa-se aumento de 2,9%, representado por ‘Floresta Plantada’ com aumento de 0,2% e ‘Floresta Natural’

¹⁰ A produção de soja em Porto Alegre, segundo dados do MapBiomass, é identificada em áreas pequenas nos seguintes períodos: entre 2004 e 2016, oscilando entre 1 ha e 3 ha; já em 2017 passa para 67ha - 0,1% da área municipal; em 2018, 107ha e 2019, 113 ha, correspondendo a 0,2% da área municipal). Representa ainda um percentual baixo, mas também um dado peculiar para Porto Alegre. Cabe aprofundar a pesquisa para verificar se a produção é orgânica ou convencional, tendo a LC 775/2015 como base de incentivo a uma agricultura sustentável.

aumento de 2,8%. Aumento que se deu sobre área ocupada por 'Outras Lavouras Temporárias' e 'Formação Campestre'.

Figura 7 - Mapas de Uso e Cobertura do Solo em 1985 (esquerda) e 2019 (direita)



Fonte: Elaborado a partir de MapBiomas [coleção 5.0].

Tabela 14 - Uso e cobertura do solo de Porto Alegre em hectares e percentual municipal para 1985, 2000 e 2019

MapBiomas - Cobertura e Uso do Solo - Porto Alegre/RS										
Cobertura do Solo	1985 (ha)	1985 (%)	1991 (ha)	1991 (%)	2000 (ha)	2000 (%)	2010 (ha)	2010 (%)	2019 (ha)	2019 (%)
1 - Floresta		36,9%	18.814	37,9%	19.369	39,0%	18.886	38,0%	19.765	39,8%
Floresta Plantada	116	0,2%	92	0,2%	141	0,3%	103	0,2%	199	0,4%
Floresta Natural	18.199	36,6%	18.722	37,7%	19.227	38,7%	18.783	37,8%	19.566	39,4%
Formação Florestal	18.199	36,6%	18.722	37,7%	19.227	38,7%	18.783	37,8%	19.566	39,4%
2 - Formação Natural Não Florestal	7.692	15,5%	7.106	14,3%	6.967	14,0%	7.508	15,1%	4.758	9,6%
Formação Campestre	7.040	14,2%	6.455	13,0%	6.315	12,7%	6.857	13,8%	4.106	8,3%
Campo Alagado e Área Pantanosa	651	1,3%	651	1,3%	651	1,3%	652	1,3%	652	1,3%
3 - Agropecuária	5.108	10,3%	4.576	9,2%	2.681	5,4%	1.884	3,8%	3.189	6,4%
Agricultura	5.108	10,3%	4.576	9,2%	2.681	5,4%	1.884	3,8%	3.189	6,4%
Outras Áreas Não Vegetadas	5.108	10,3%	4.576	9,2%	2.681	5,4%	1.884	3,8%	3.189	6,4%
Mosaico de Lavouras	5.108	10,3%	4.576	9,2%	2.681	5,4%	1.884	3,8%	3.076	6,2%
Soja*	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	113	0,2%
4 - Área Não Vegetada	15.366	30,9%	15.980	32,2%	17.453	35,1%	18.277	36,8%	18.801	37,9%
Outras Áreas Não Vegetadas	3.061	6,2%	2.373	4,8%	2.097	4,2%	1.321	2,7%	782	1,6%
Infraestrutura Urbana	12.306	24,8%	13.607	27,4%	15.356	30,9%	16.956	34,1%	18.019	36,3%
5 - Corpos D'Água	3.186	6,4%	3.193	6,4%	3.198	6,4%	3.112	6,3%	3.155	6,4%
Rio, Lago e Oceano	3.186	6,4%	3.193	6,4%	3.198	6,4%	3.112	6,3%	3.155	6,4%
Total Geral	49.668	100,0%								

Fonte: Elaborado a partir de dados MapBiomas [coleção 5.0].

Cabe destacar algumas regiões que apresentaram maior aumento de área construída entre 1985 e 2019. Este aumento pode ser caracterizado de duas formas distintas, que Santos ([1993] 2018) nos auxilia a esclarecer: na área mais afastada da cidade (região Sul e Extremo Sul) apresentou um crescimento urbano espreado produzindo um espaço descontínuo, representando, uma localização do capital, espalhada e tecnicamente fragmentada ao território; na

região consolidada da cidade, um crescimento concentrado preenchendo vazios urbanos, representando uma reunificação para que a produção do capital seja eficaz destacando a região próxima ao Shopping Iguatemi e Av. Carlos Gomes e uma grande proporção de área ocupada na região norte, na MZ 3 - Cidade Xadrez, até a divisa com o município de Alvorada (MARASCHIN, CAMPOS E PICCININI, 2012). Na porção norte do município, identifica-se aumento de área construída na MZ 2 - Corredor de Desenvolvimento, nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho. Na região Sul, identifica-se aumento de área construída nas Macrozonas MZ 5 - Cidade Jardim, MZ 7 - Restinga, MZ 6 - Eixo Lomba Restinga e nas duas áreas da MZ 8, especialmente próximo à Orla (entre MZ 5 e MZ 7) e na MZ 8 isolada entre as MZs 5, 6, 7 e MZ 4 - Cidade de Transição.

Quanto à área identificada com uso 'Agrícola' cabe ressaltar a diferença existente entre os dados do IBGE, (Produção Agrícola Municipal - PAM)¹¹, e do uso e cobertura do solo do MapBiomias. Enquanto a PAM aponta que em 1988, 4,9% do território municipal era destinado à plantação ou colheita, o MapBiomias apresenta 8,7% do território destinado à agricultura. Nos períodos seguintes, a PAM aponta que entre 1995 e 2003, a área destinada ao plantio e colheita se manteve em torno de 3%; enquanto o MapBiomias aponta oscilações entre 4 e 9% no mesmo período; de 2003 a 2019, segundo a PAM a área variou entre 1% e 2%, já o MapBiomias aponta que a área variou de 3,8% a 6,4%. Estas diferenças podem estar relacionadas ao fato de que as informações municipais para cada produto levantadas na PAM somente são prestadas pelo produtor ao IBGE a partir de um hectare de área ocupada com a cultura e uma tonelada de produção. Ou ainda às possibilidades de ajustes na metodologia do MapBiomias.

É possível ainda relacionar os dados do setor da Construção Civil com o aumento de área construída no período analisado. Enquanto a área construída apresentou aumento de 18%, o setor teve um aumento tanto em número de estabelecimentos de 90,2% com crescimento na participação do setor no período de 1988 a 2018 de 2,52% para 4,62%), quanto de vínculos empregatícios de 277,4%, passando de 2,74% para 4,02% dos vínculos empregatícios do total.

Cabe destacar que parte considerável do aumento de área construída se caracteriza como alta densidade construída, especialmente na região próxima ao Shopping Iguatemi. Considera-se, portanto, que 18% de aumento de solo coberto por área construída é significativo, principalmente porque este trabalho não considera a verticalização. Destaca-se o período entre 1991 e 2000, quando a área coberta por edificações teve crescimento de 8,44% enquanto a população cresceu 7,69%; entre 2000 e 2010, a área coberta por edificações aumentou 4,5% enquanto a população apresentou crescimento de 3,58% no período. Evidencia-se um crescimento de área coberta por construções constantemente superior ao crescimento populacional, demarcando a expansão de área edificada acima da demanda populacional, mas provavelmente como estratégia

¹¹ A pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) investiga 64 produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam não só pela importância econômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município (IBGE, online, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e->>, Acesso em janeiro de 2021).

para a ampliação de fixos para maior fluidez dos fluxos econômicos, vinculados ao mercado habitacional (HARVEY, [1989] 2014).

Quanto à área não coberta por edificações ressalta-se a importância ecológica das formações 'Florestal', 'Formação Natural Não Florestal', 'Corpos d'Água' assim como 'Agropecuária' na escala municipal e também para a região, corresponde a aproximadamente 60% do território municipal. Ressalta-se a importância ecológica da região onde se localiza o município, caracterizada por Menegat, et al. (1998) como região de contato entre cinco grandes ecorregiões, e local onde é possível encontrar espécies da Amazônia, da Mata Atlântica, do Chaco, do Pampa e Patagônia. Paralelamente ressalta-se a importância da produção primária, associada às áreas naturais. Esta proporção de área não urbanizada vem sofrendo diminuição significativa no período analisado, ocupando em 1985, 69,1% do município e em 2019, 62,1%. Apesar da 'Formação Florestal' apresentar aumento de 36,9% em 1985 para 39,8% em 2019, a queda foi puxada principalmente pelas áreas 'Formação Natural Não Florestal' de 15,5% em 1985 para 9,6% em 2019, e 'Agrícola', de 10,3% em 1985 para 6,4% em 2019. Esta região, inserida em área urbanizada e ocupada, é considerada importante na regulação do clima local, com efeitos regionais que afetam fatores intervenientes na saúde urbana e na qualidade de vida, além de resguardar um patrimônio ambiental de importância nacional na biodiversidade de espécies.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o estudo possibilitou uma exploração aplicada da teoria de Milton Santos e um aprofundamento dos conceitos e métodos propostos pelo autor. Neste sentido, algumas aproximações quanto à transformação do espaço em função da instância econômica podem ser destacadas a partir das análises desenvolvidas.

Na análise da estrutura econômica é possível observar a influência das políticas públicas federais e estaduais de desenvolvimento, na alteração da estrutura produtiva do município de Porto Alegre a partir da década de 1990, principalmente na localização de atividades industriais. Estas alterações produziram um rearranjo da estrutura intraurbana, apoiados por políticas públicas municipais, principalmente o PDDUA, com intenso estímulo à dissolução das atividades produtivas. Quanto ao setor primário, destaca-se a influência das políticas públicas municipais na redução de área destinada ao plantio e colheita no período de extinção da zona rural no PDDUA, entre 1999 e 2015.

O processo de desindustrialização esvaziou áreas da cidade ao passo que gerou uma especialização no setor de serviços e comércio. O setor secundário, não apenas reduziu sua participação, como alterou sua matriz produtiva, ampliando o número de empresas de menor porte, o que facilitaria a dispersão desses estabelecimentos no território que não aquelas tradicionalmente destinadas a essa atividade. As políticas de planejamento auxiliaram nesse processo ao estimular maior diversidade de usos distribuídos no território.

Relativamente ao setor primário, observou-se que a alteração da matriz produtiva passou a favorecer a produção de *commodities*, como o aumento da produção de arroz e a produção de soja a partir de 2016, ao passo que houve a redução significativa dos demais produtos de consumo local. A restituição da Zona Rural no município em 2015, extinta pelo PDDUA em 1999, pode indicar um estímulo à retomada da produção nos anos subsequentes.

Também se observa alteração na forma de entrada do capital internacional. Se antes, seu acesso era através da indústria, agora, sobretudo sob a globalização, ocorre através do setor de comércio e serviços, com a instalação de grandes redes, bem como pela modernização da agricultura e incentivo à produção de *commodities*, favorecendo a concentração do capital.

Ressalta-se o crescimento da área ocupada por urbanização superior ao aumento populacional indicando uma utilização de produção de capital fixo para viabilizar maior fluidez do capital, através de empreendimentos destinados a investimentos. Quanto à ocupação da população, destaca-se o surgimento da classificação da categoria de ocupação em atividades profissionais científicas e técnicas em 2010, o que pode estar relacionado ao aumento da especialização. Além disso, apesar da diminuição de incentivo em políticas públicas em atividades agropecuárias destaca-se aumento de população ocupada com agricultura, no período entre 2000 e 2010, indicando a importância da atividade no município na geração de empregos e na manutenção do espaço rural, mesmo não representando economicamente um percentual significativo.

A partir da aplicação dos conceitos e métodos de Milton Santos ressalta-se, por fim, a importância do espaço na acumulação do capital no sentido que necessita da materialidade, através do capital fixo, para se expandir. Ao mesmo tempo, ressalta-se a influência e dependência das políticas públicas urbanas nesse processo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Soares de. Transformações urbanas: atos, normas, decretos, leis na administração da cidade – Porto Alegre 1937-1961. 2004. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Estruturas Ambientais e Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A "Desindustrialização" de Porto Alegre: causas e perspectivas. Ensaio Fee, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 3-28, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- DALMAZO, Renato A. *Planejamento Estadual no Rio Grande do Sul - 1959-74*. Ensaio Fee, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 368-393, 1991.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GARCIA, Clarissa M. *Ver o presente, revelar o passado e pensar o futuro: a evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre - RS*. Dissertação (Mestrado), UFRGS/PROPUR: Porto Alegre, 2017.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 25. ed. São Paulo: Loyola, [1989] 2014.
- IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil 1970 – Censo Demográfico Estado do Rio Grande do Sul*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 1970.
- IBGE. *Censo Demográfico 1980*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 1980.
- IBGE. *Censo Demográfico 1991*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 1991.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 2000.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.
- IBGE. *Evolução da população segundo os municípios 1872/2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.
- MAPBIOMAS. *Projeto MapBiomas - Coleção [5.0] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso do Solo do Brasil*, disponível em: < <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>> acessado em dezembro de 2020.
- MARASCHIN, Clarice. *Disciplina Uso do Solo e a Cidade*. Anotações em aula em 04 de abril de 2018. Porto Alegre: UFRGS / PROPUR, 2018.
- MARASCHIN, Clarice; CAMPOS, Heleniza Ávila; PICCININI, Livia Teresinha Salomão. *Dinâmicas do mercado imobiliário e estruturação urbana: o caso do eixo centro-leste de altas rendas em Porto Alegre-RS*. Cadernos do Proarq. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Arquitetura [da UFRJ]. n. 19 (dez. 2012), p. 111-130, 2012.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MENEGAT R., PORTO M.L., CARRARO C.C., FERNANDES L.A.D., *Atlas ambiental de Porto Alegre*, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de 1959. Lei n.2046 de 30 de dezembro de 1959*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1959.
- PORTO ALEGRE. *Revisão do Plano de 1959. Lei n.2330, de 29 de dezembro de 1961*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1961.
- PORTO ALEGRE. *Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei Complementar n.43 de 21 de julho de 1979*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1979.
- PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: Porto Alegre, planejar para viver melhor*. Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre, 1980.
- PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de desenvolvimento urbano ambiental - Pddua, lei complementar n.434 de 1 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, incluindo lei n.646 de 22 de julho de 2010*. Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre, 1999.

- PORTO ALEGRE. *Lei n.775 de 23 de outubro de 2015, institui a Zona Rural no Município de Porto Alegre e cria o sistema de gestão da política de desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre, 2015.
- PORTO ALEGRE. *Guia de consulta: regime urbanístico*. Versão Janeiro/2019, Secretaria municipal de meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Prefeitura municipal de Porto Alegre, 2019.
- RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasil: Ministério da Economia. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-dados?_ga=2.230677916.125487260.1611531596-283190646.1611531596. Acesso em: 10 de dez. 2020.
- RIGATTI, Décio. *Disciplina Introdução à sintaxe espacial*. Anotações em aula e aula ministrada pelo Professor em 20 de maio de 2018. Porto Alegre: UFRGS / PROPUR, 2019.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1979] 2011.
- SANTOS, Milton. *Espaço Dividido*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, [1979] 2018.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1985] 2014.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, [1993] 2018.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996] 2017.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, [2005] 2014.
- SANTORO, Paula Freire. *Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 1, p. 169-169, 2014.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2001] 2015.
- STEIGLEDER, Annelise Monteiro. *Responsabilidade Ex Ante, Concertação e o Planejamento Urbano: Fundamentos das obrigações urbanísticas e ambientais no contexto da produção da cidade*. Tese (Doutorado), UFRGS/PROPUR: Porto Alegre, 2021.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.